



CONTRATO Nº 021/2017

**QUE ENTRE SI CELEBRAM SECRETARIA DE
ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
E TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.**

A SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SETAS/MT, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.415/0009-00, com sede na Rua Júlio Domingos de campos, nº 100, Centro Político Administrativo, CEP 78049-931 - **CUIABÁ-MT**, telefone (65)3613-5700, neste ato representado pelo Secretário, o Sr. **MAX JOEL RUSSI**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 777.051.901-25, RG nº 2980714-0 SSP/MT, Ato de nomeação nº 14.874/2017, residente e domiciliado nesta capital, e no exercício de suas atribuições legais regulamentares, doravante denominada simplesmente, **CONTRATANTE**, de outro lado à empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA**, com sede na Rua Machado de Assis, nº 904 – Sala Jatubá, Centro, Uberlândia-MG, CEP 38.400-112, telefones (034) 2140-1333 / (034) 8407,2029, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.604.122/0001-97, neste ato regularmente representada pelo Sr. **FERNANDO JOSÉ MORAIS FISCHER**, brasileiro, casado, Superintendente de mercado público, portador da Cédula de Identidade RG 20.215.973-5 SSP/SP, e do CPF 104.916.618-35, doravante denominada simplesmente, **CONTRATADA**, em conformidade com o que consto do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO nº 19323/2017, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2017/SETAS**, com fundamento nos Capítulos III ao V, da Lei Federal n. 8.666/93, e demais legislações correlatas, celebram o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, fazendo parte deste contrato independentemente de transcrição o Edital, as Especificações técnicas e a Proposta de Preços apresentados pela **CONTRATADA**, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para emissão, fornecimento e administração de **CARTÃO ALIMENTAÇÃO** magnético, com chip ou de tecnologia similar, com gerenciamento online, para atender famílias em vulnerabilidade social do Estado de Mato Grosso – Programa “Pró-Família” e profissionais do programa. Conforme especificações constantes do Termo de Referência, edital e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

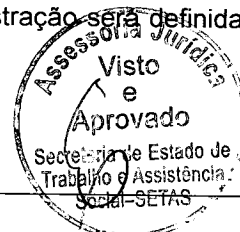
2.1. O valor global do presente contrato, estimado para 12 (doze) meses é de **R\$ 48.615.215,52 (Quarenta e oito Milhões Seiscentos e quinze Mil Duzentos e quinze Reais e Cinquenta e dois Centavos)**, no qual estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**;

2.1.1. O valor global estimado é composto pela soma total dos valores a serem depositados nos cartões mensalmente, acrescido do valor correspondente à taxa de administração aplicada para administração dos cartões (item 4).

2.1.2. Como o fornecimento dos cartões será realizado de forma fracionada, o valor mensal a ser pago, será referente ao total de cartões disponibilizados, acrescido do valor correspondente à taxa de administração aplicada para o montante.

2.1.3. Conforme disposto no edital e termo de referência, a taxa de administração será definida com a fórmula:

$$T.A. = ([VTP-CAC]/CAC) * 100$$





Onde:

T.A. = Taxa de Administração
VTP = Valor Total da Proposta

CAC = Custo Estimado com o Abastecimento dos Cartões
(valor correspondente aos itens 1, 2 e 3 - R\$ 50.020.800,00)

2.1.4. O preço unitário do taxa de administração, item 4, englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos (ISS-PIS-COFINS), remunerações, despesas fiscais e financeiras, B.D.I. Benefícios e despesas indiretas, certificados das licenças fornecidas, mídia, download para as suas respectivas instalações, manuais, transporte, royalties, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.

2.2. A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, a título de taxa de administração, o valor relativo à -2,81 % (Dois, oitenta e um por cento), conforme taxa administrativa referenciada no subitem 2.1.3, deste contrato.

2.3. Os serviços abrangem as seguintes especificações e quantidades:

LOTE ÚNICO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QTDE	VALOR UNIT. MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)
01	FORNECIMENTO FRACIONADO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 100,00 MENSAL ATÉ O LIMITE DE 35.000 UNIDADES PRA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.	MN	12	3.500.000,00	42.000.000,00
02	FORNECIMENTO FRACIONADO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 100,00 MENSAL ATÉ O LIMITE DE 5634 UNIDADE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.	MN	12	563.400,00	6.760.800,00
03	FORNECIMENTO FRACIONADO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 300,00 MENSAL ATÉ O LIMITE DE 350 UNIDADES PARA ASSISTENTES SOCIAIS.	MN	12	105.000,00	1.260.000,00
04	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS CARTÕES.	MN	12	-117.132,04	-1.405.584,4
	Valor Total Estimado Mensal/Anual			4.051.267,96	48.615.215,52
	Percentual da taxa de administração aplicada			-2,81%	-2,81%

VALOR TOTAL R\$ 48.615.215,52 (Quarenta e Oito Milhões Seiscentos e Quinze Mil e Duzentos e quinze Reais e Cinquenta e dois Centavos).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A CONTRATADA deverá responder, integralmente, pela qualidade técnica dos serviços prestados, reparando, corrigindo, removendo reconstruindo ou substituindo às suas expensas

60



exclusivas, no todo ou em parte, os serviços, objeto deste contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos (aparentes ou ocultos) ou incorreções resultantes de não observância de especificações ou má qualidade da mão de obra;

3.2. A CONTRATADA é responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas aos funcionários disponibilizados para o cumprimento do objeto deste contrato;

3.3. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus decorrentes da legislação do Trabalho e da Previdência Social, bem como pelas reclamações trabalhistas eventualmente ajuizadas, e por quaisquer autos de infração lavrados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, com relação a toda mão-de-obra utilizada na prestação dos serviços ao CONTRATANTE, em decorrência do presente Contrato;

3.4. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo as supressões acima desse limite ser resultante de acordo entre as partes.

3.5. A CONTRATADA deverá atender as solicitações de informações sobre a execução do contrato, sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

3.6. A CONTRATADA deverá guardar inteiro sigilo dos serviços contratados, bem como das informações a que venha a ter acesso por força deste contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

3.7. A CONTRATADA deverá prestar de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado.

3.8. A CONTRATADA deverá dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento do objeto do contrato, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato.

3.9. A CONTRATADA deverá comunicar, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

3.10. A CONTRATADA não poderá veicular, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato, sem a prévia autorização do CONTRATANTE.

3.11. A CONTRATADA deverá ressarcir ao CONTRATANTE o valor correspondente ao pagamento de multas, indenizações ou despesas a este imposta por Autoridade Competente, em decorrência do descumprimento pela CONTRATADA de Leis, Decretos ou Regulamentos relacionados ao objeto deste contrato.

3.12. CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo o disposto no inciso II, do Art. 48, da Lei Federal 147/2014;

3.13. Manter durante a execução do contrato a regularidade documental apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

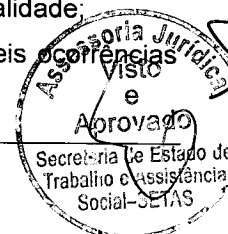
3.14. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, CUJAS reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

3.15. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade do fornecimento dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

3.16. A falta de materiais ou produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução na entrega do objeto deste contrato e não eximirá a CONTRATANTE, das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos serviços e demais condições estabelecidas;

3.17. Reparar, corrigir, remover e/ou substituir os cartões quando necessários e por qualquer motivo às suas expensas, os cartões danificados e/ou demais situações, durante o prazo de validade;

3.18. Designar por escrito preposto(s) que tenha(m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;





3.19. Efetuar pontualmente o pagamento aos estabelecimentos credenciados, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que o Contratante em hipótese alguma responderá solidária nem subsidiariamente por esse pagamento;

3.20. Credenciar somente estabelecimentos que estejam regulares em relação à Vigilância Municipal em Saúde (vigilância sanitária) e que possuam Alvarás de Funcionamento junto à Prefeitura Municipal;

3.21. Manter, durante toda a execução do contrato, o número mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme definido no item 3.24 deste contrato;

3.22. A CONTRATADA não poderá permitir que os estabelecimentos credenciados por ela pratiquem preços acima dos valores tabelados e/ou praticados no mercado, quando do uso do cartão;

3.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar cartões que possibilitem somente a compra de gêneros alimentícios;

3.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a contratação, ao menos um estabelecimento comercial credenciado por município devendo atingir o número de 01 estabelecimento para cada 5000 habitantes conforme planilha com a lista de municípios de Mato Grosso por população, disponível no Anexo A do Termo de Referência, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias;

3.25. Garantir que sua Rede Credenciada pratique preços compatíveis com os do mercado do Estado de Mato Grosso;

3.26. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

3.27. Disponibilizar à Contratante, de forma eletrônica, a listagem atualizada dos estabelecimentos credenciados, por localidade;

3.28. A CONTRATADA deverá disponibilizar para os beneficiários, CALL CENTER, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, para: Bloqueio imediato de cartão extraviado/perdido, consulta de saldo de cartão, troca de senha de cartão de identificação e consulta da rede credenciada;

3.29. A CONTRATADA deverá confeccionar os cartões, conforme modelo a ser aprovado pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social – SETAS, contendo Logomarca colorida do Estado de Mato Grosso e do Programa “Pró-Família”, personalizado com o nome, CPF, número do cadastro identificador da família beneficiária, código do município, dados estes que serão fornecidos pela SETAS;

3.30. A CONTRATADA deverá entregar os cartões, padronizados e com as características descritas no item anterior, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento dos dados dos usuários, que serão fornecidos pela SETAS;

3.31. A CONTRATADA deverá disponibilizar solução *online própria da empresa que será utilizada para* Controle e Gerenciamento de cada Cartão dos usuários, bem como tomar todas as providências, preventivas e corretivas, para mantê-lo em pleno funcionamento, que possibilitem as inclusões, exclusões e correções dos dados cadastrais dos beneficiários do programa;

3.32. A CONTRATADA deverá adotar mecanismos que assegurem a proteção ao usuário em caso de perda dos cartão;

3.33. A CONTRATADA deverá manter o cartão válido enquanto nele houver crédito, desta forma os créditos efetuados no cartão deverão permanecer acumulados e disponíveis aos usuários, no mínimo por 06 (seis) meses, independente da frequência do uso do cartão e mesmo após a rescisão do contrato ou término da vigência;

3.34. A CONTRATADA deverá fazer constar em cláusula contratual, junto à rede credenciada, a proibição de venda de bebidas alcoólicas, cigarros ou qualquer outro tipo de tabaco e de cosméticos à conta dos créditos do Cartão “Pró- Família”;





3.35. A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo os serviços de:

- 3.35.1. Consulta de saldo do cartão via web;
- 3.35.2. Consulta de rede afiliada e saldo via web;
- 3.35.3. Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;
- 3.35.4. Solicitação de 2º (segunda) via de cartão magnético ou senha, através de central telefônica 0800 (gratuita) ou ligação local;
- 3.35.5. Atendimento ao cliente (usuário) via telefone, com discagem direta gratuita.

3.36. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, relação dos pontos comerciais já credenciados, nos municípios do Estado de Mato Grosso, e até 60 dias a relação da rede credenciada nos municípios que ainda não possuírem estabelecimentos credenciados para o recebimento do cartão, devendo dar prioridade às micro empresas e/ou empresa de pequeno porte, conforme lei;

3.37. Em havendo cidades nas quais não hajam estabelecimentos credenciados, a empresa vencedora deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, realizar o credenciamento de no mínimo 01 (um) estabelecimento de empresa varejista no ramo de gêneros alimentícios para atendimento aos usuários do cartão PRÓ-FAMÍLIA, devendo atingir o número de 01 estabelecimento por cada 5000 habitantes no prazo máximo de 90 dias;

3.38. A CONTRATADA deverá credenciar estabelecimentos comerciais em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, no quantitativo mínimo indicado em tabela em anexo, proporcionalmente à população de cada município, conforme tabela constante no anexo A, deste termo de referência;

3.39. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente à contratante os arquivos de dados contendo as informações sobre as vendas efetuadas pelos estabelecimentos comerciais credenciados aos beneficiários do Programa "Pró- Família", contendo a data da venda, valor da venda e inscrição estadual do estabelecimento credenciado;

3.39.1 Em havendo algum problema para realizar o credenciamento de mais de um estabelecimento para cada 5.000 habitantes, a contratada deverá apresentar justificativa para SETAS – MT em que estes irão decidir sobre como sanar esta situação;

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O início dos serviços, objetos deste contrato, ocorrerá após a assinatura do mesmo pelas partes;

4.2. Os cartões serão disponibilizados de forma fracionada, conforme demanda da CONTRATANTE;

4.3. A CONTRATANTE emitirá, conforme demanda, Ordem de Fornecimento, contendo, no mínimo, a quantidade de cartões que deverão ser disponibilizados, os dados dos beneficiários (nome, CPF, número do cadastro identificador, código do município);

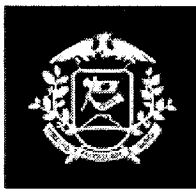
4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar os cartões solicitados, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;

4.5. A entrega dos cartões será realizada na Gerência de Patrimônio, da Secretaria de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso – SETAS-MT, situada à Avenida Júlio Domingos de Campos, nº 100, Centro Político Administrativo, CEP: 78.050-970 – Cuiabá-MT, no horário de expediente do órgão, ou em outro local, caso determinado na Ordem de Fornecimento;

4.6. Os cartões deverão ser entregues acondicionados em invólucros individualizados e lacrados;

4.6.1. Cada invólucro deverá conter 01 (um) cartão e a senha de acesso para uso do beneficiário;



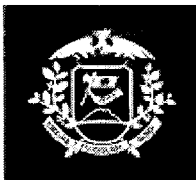


- 4.6.2. Os invólucros deverão garantir a integridade e a inviolabilidade dos cartões, até a entrega dos mesmos aos beneficiários;
- 4.6.3. Os invólucros, contendo os cartões, deverão ser organizados em lotes, identificados por município e região do Estado de Mato Grosso, conforme relação disponível na tabela Regiões Planejadas do Estado de Mato Grosso, do Anexo B do termo de Referência;
- 4.7. O recebimento dos cartões será efetuado pelo Fiscal do contrato, mediante conferência dos serviços solicitados com os executados, procedendo ao "atesto" da nota fiscal/fatura, após comprovada regularidade aos termos contratuais;
- 4.8. Caso, os serviços executados apresentem inconformidades com as condições estabelecidas no contrato e instrumento convocatório, bem como, proposta apresentada no certame, o fiscal do contrato deverá tomar as providências junto à empresa contratada para sanar o problema. Não sendo sanado o problema, o fiscal deverá encaminhar relatório de não conformidade para a Coordenadoria de Apoio Logístico, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- 4.9. O crédito dos cartões aos beneficiários deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês;
- 4.10. A CONTRATANTE deverá proceder ao ateste da nota fiscal emitida mensalmente;
- 4.11. Não será admitida a cobrança de taxa para remissão de cartão.

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Efetuar o pagamento, após o atesto das notas fiscais pelo fiscal do contrato.
- 5.2. Fiscalizar a execução do contrato através fiscal do contrato conforme os termos do edital e termo de referência.
- 5.3. Analisar e responder, em tempo hábil, às solicitações formais da **CONTRATADA**, referentes aos esclarecimentos sobre os serviços contratados;
- 5.4. Fiscalizar a os serviços, verificando sua correspondência com o objeto deste contrato e atestando sua conformidade ou rejeitando, no todo ou em parte, aqueles em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- 5.5. Emitir empenho no valor dos serviços realizados conforme legislação vigente;
- 5.6. Efetuar os pagamentos oriundos dos serviços realizados, na forma e prazos, disponíveis no documento Termo de Referência, do edital da referida licitação;
- 5.7. Avaliar a atuação da **CONTRATADA**;
- 5.8. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** qualquer alteração de horário, métodos de trabalho dos serviços, com antecedência de mínima de 24; (vinte e quatro) horas;
- 5.9. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, da aplicação de eventual multa;
- 5.10. Encaminhar ao setor responsável o documento que relacione as importâncias relativas às multas aplicadas contra a **CONTRATADA**;
- 5.11. Caso o serviço seja cancelado pela **CONTRATANTE**, esta pagará pelas atividades efetivamente realizadas pela **CONTRATADA**.





5.12. Emitir Ordem de Fornecimento para a contratada, quando da necessidade de emissão de novos cartões;

5.13. Autorizar a CONTRATADA a fornecer os cartões;

5.14. Comunicar, formalmente, à Contratada a constatação de falhas, vícios, inadequações, defeitos ou imperfeições nos SERVIÇOS, assim como a verificação de descumprimento de qualquer condição estabelecida no Edital e Termo de Referência da licitação que deu origem a este contrato;

5.15. A Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS/MT, através da Secretaria Adjunta de Assistência Social - SAAS, deverá efetuar o cadastramento das famílias atendidas no Programa, bem como das equipes de Assistentes Sociais e Agentes de Saúde Municipais, em todos os municípios do Estado de Mato Grosso;

5.15.1. O Cadastramento deverá ser efetuado no Sistema *online de Controle e Gerenciamento de Cartão*, que será disponibilizado pela CONTRATADA

5.16. A SETAS/SAAS deverá promover todas as inclusões, exclusões e correções no cadastramento dos beneficiários do programa;

5.17. O Cadastro poderá ocorrer de forma gradativa de acordo com a demanda.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O valor global do presente contrato, estimado para 12 (doze) meses é de R\$ **48.615.215,52 (Quarenta e Oito Milhões Seiscentos e Quinze Mil e Duzentos e quinze Reais e Cinquenta e dois Centavos)**.

6.2. A Taxa de Administração, constante da proposta documental da CONTRATADA, sobre o valor total mensal dos recursos repassados pela SETAS-MT, para as despesas com alimentação dos beneficiários corresponde a -2,81 % (Dois Oitenta e um por cento);

6.3. O valor total mensal a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, será o valor dos recursos repassados, referente ao total de cartões disponibilizados, acrescido do valor equivalente à taxa de administração aplicada sobre o valor do repasse.

6.4. No caso de Taxa de Administração negativa (menor que zero), o valor total mensal dos recursos repassados pela SETAS-MT sofrerá desconto correspondente à taxa percentual, cabendo à CONTRATADA efetuar a complementação dos créditos sem ônus para a SETAS-MT;

6.5. Conforme disposto no edital e termo de referência, a taxa de administração será definida com a fórmula:

$$T.A. = ([VTP-CAC]/CAC) * 100$$

Onde:

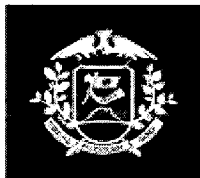
T.A. = Taxa de Administração

CAC = Custo Estimado com o Abastecimento dos Cartões (valor correspondente aos itens 1, 2 e 3 - R\$ 50.020.800,00)

VTP = Valor Total da Proposta

6.5.1. O preço unitário do taxa de administração englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos (ISS-PIS-COFINS), remunerações, despesas fiscais e financeiras, B.D.I. Benefícios e despesas indiretas, certificados das licenças fornecidas, mídia, download para as suas respectivas instalações, manuais, transporte, royalties, todas as taxas, impostos e quaisquer outras





necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.

6.5.2. O pagamento será realizado somente após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

6.6. Da forma de pagamento:

6.6.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, somente após a CONTRATADA ter realizado o crédito alimentação em todos os cartões determinados pela CONTRATANTE.

6.6.2. A data do pagamento será fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado de Mato Grosso, em especial o Decreto nº 11 de 27 de Janeiro de 2015, e alteração pelo Decreto nº 85 de 05 de maio de 2015.

6.6.3. A CONTRATANTE definirá a data de fechamento do faturamento.

6.6.4. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável

6.6.5. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso a **CONTRATADA** apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de **Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES**.

6.6.6. Quaisquer despesas não constantes nos termos contratuais e não autorizadas antecipadamente pelo Contratante, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, não cabendo a esta qualquer espécie de ressarcimento.

6.7. Das condições de pagamento

6.7.1. O pagamento será efetuado mediante cobrança por meio de notas fiscais dos serviços emitidas mensalmente pela **CONTRATADA**, da seguinte maneira:

6.7.1.1 Uma nota fiscal, com o montante do valor do reembolso, referente ao crédito dos cartões disponibilizados;

6.7.1.2. Uma nota fiscal, com o valor do serviço, referente à taxa de administração (se houver).

6.7.2. As notas fiscais deverão estar devidamente atestadas pelo Fiscal do Contrato.

6.7.3. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

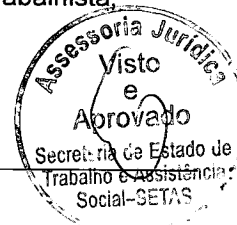
6.7.4. Os pagamentos das Notas Fiscais ficam condicionados a apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos:

6.7.4.1. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (conforme Portaria conjunta PGNF/RFB nº. 1751, de 02 de outubro de 2014);

6.7.4.2. CND – Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;

6.7.4.3. Certidão Negativa de Débito Trabalhistas, expedida pela Justiça de Trabalhista;

6.7.4.4. CRF - Certidão de Regularidade do FGTS;





6.7.4.5. Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal do respectivo domicílio tributário da contratada;

6.7.4.6. Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado de Mato Grosso, emitida pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso – PGE/MT, ou equivalente na hipótese da licitante ser estabelecida em outra Unidade da Federação;

6.7.5. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos **documentos dentro do prazo de validade.**

6.7.6. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, Recibo ou Fatura, bem como, qualquer outra circunstância que impeça o seu pagamento, o prazo fluirá a partir da respectiva regularização, sem multa, juros ou encargos;

6.7.7. Caso o contratado não se enquadre aos termos do CONVÊNIO ICMS 73/2004, o pagamento corresponderá ao **PREÇO BRUTO (COM TODOS OS TRIBUTOS INCLUSOS)** e será utilizado para fins de Emissão do Contrato, da Nota de Empenho e Documento Fiscal;

6.7.8. O pagamento somente será efetuado após emissão da Nota de Empenho;

6.7.9. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio de operação de factoring;

6.7.10. O prazo para pagamento poderá ser estendido quando os atestos ocorrerem no período compreendido entre o final e início de exercício financeiro do Estado de Mato Grosso;

6.7.11. Quando a data do pagamento da Nota Fiscal, coincidir em dia que não houver expediente no **CONTRATANTE**, o pagamento ocorrerá no próximo dia útil;

6.7.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

6.7.13. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não isentará suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento do objeto deste contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos produtos prestados.

6.7.14. Na hipótese de falta de pagamento por parte da **CONTRATANTE**, durante ou após a execução do contrato administrativo, a **CONTRATADA** somente poderá suspender o fornecimento do serviço se ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, assegurado pelo processo administrativo e pela ampla defesa, nos termos do Art. 78, inciso XV, § único da Lei n. 8666/93.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

Órgão/Entidade: 22

Unidade Orçamentária: 22.101

Projeto Atividade: 3000

Elemento de Despesa: 33.90.39

Programa: 412

Fonte: 172





8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. A vigência do presente Contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início a partir da data de assinatura das partes, podendo ter sua vigência prorrogada conforme previsto no parágrafo primeiro e seus incisos, do artigo 57 da Lei 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

9.2. A taxa de administração cobrada pela CONTRATADA não sofrerá reajuste de qualquer natureza.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE**, amigável, por acordo entre as partes e judicial nos termos da legislação;

10.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

10.3. A **CONTRATANTE** poderá rescindir este Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a empresa **CONTRATADA** não executar total ou parcialmente o que foi contratado, com o advento das consequências contratuais e as previstas em lei;

10.4. Constituem motivos para a rescisão do Contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais e das especificações do objeto;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado na entrega dos bens ou início dos serviços;

V - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação da **CONTRATANTE**;

VI - o desatendimento das determinações regulares das pessoas designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8666/93;

VIII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

X - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**, a que está subordinado, exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;





- XII** - a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93;
- XIII** - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XIV** - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes dos serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XV** - a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, do objeto para execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais;
- XVI** - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVII** - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- XVIII** - Quando a **CONTRATADA** não aceitar reduzir os preços, na hipótese de este se tornar superiores àqueles praticados no mercado;
- XIX** - Quando a **CONTRATADA** perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida para celebração do Contrato;
- XX** - Quando a **CONTRATADA** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- XXI** - Quando a **CONTRATADA** comprovar fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;
- 10.5.** Todo ou qualquer motivo de rescisão, deverá ser formalizado e motivado através de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na tutela de interesses fundamentais;
- 10.6.** Ocorrendo a rescisão contratual, a **CONTRATADA** receberá somente os pagamentos devidos, proporcionais à execução do objeto, descontadas as multas eventualmente aplicadas;
- 10.7.** Em qualquer das hipóteses suscitadas, a **CONTRATANTE** não reembolsará ou pagará à empresa **CONTRATADA** qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.
- 10.8.** A solicitação da **CONTRATADA** para rescisão, desde que não motivada pelas hipóteses legalmente previstas poderá não ser aceita pelo **CONTRATANTE**;
- 10.9.** A Rescisão sem culpa da **CONTRATADA**, ocorrida com base nos incisos XII a XVII, dará o direito à devolução de garantia e/ou pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;





10.10. Na rescisão por inadimplência do **CONTRATANTE**, durante ou após a execução do contrato administrativo, a **CONTRATADA** somente poderá suspender o fornecimento do serviço se ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias da inadimplência, assegurado por processo administrativo, nos termos do Art. 78, inciso XV, § único da Lei n. 8666/93;

10.11. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA** assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações;

10.12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão com as consequências a seguir apresentadas, sem prejuízo as sanções previstas na Lei e neste contrato:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**, estando à seu critério a medida;

II - utilização dos serviços, objeto do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8666-93, a critério da **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta, precedido de autorização expressa da autoridade competente;

III- A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato sujeitará a **CONTRATADA**, pelo atraso, inexecução total ou parcial do Contrato, garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa;

11.1.3. Rescisão Unilateral;

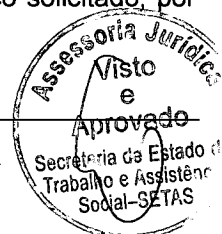
11.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

11.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida depois que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos danos diretos resultantes e após de transcorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.

11.1.6. Das penalidades aplicadas caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

11.2. Em caso de irregularidade, de serviço não regularizado ou mora no serviço, caso não sanada irregularidade e ultrapassado o prazo de solução pela **CONTRATADA**, o setor fiscalizador do **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará notificação a **CONTRATADA** sobre a MORA da execução sem prejuízo de multa prevista em Lei, assegurada a ampla defesa em processo administrativo;

11.3. A multa poderá ser aplicada pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, sob as seguintes formas MULTA DE MORA, PELO ATRASO INJUSTIFICADO NA EXECUÇÃO DO OBJETO, nos termos do artigo 86 da Lei Federal n. 8.666/93, de 2% (dois por cento) sobre o valor do serviço solicitado, por dia de atraso.





11.4. As sanções previstas serão aplicadas a proporção da gravidade da infração, conforme tabela abaixo:

Obrigação contratual Infringida	Tipo de sanção
Primeira ocorrência: Transgressão das obrigações insertas no item das obrigações e responsabilidade da CONTRATADA ;	Advertência
Segunda ocorrência: Reincidência das Transgressão das obrigações insertas no item das obrigações e responsabilidade da CONTRATADA ;	Multa diária, calculada sobre o valor do serviço/produto solicitado, conforme estipulado no item 12.3 desde contrato.

11.5. A aplicação de multa não impede que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93;

11.6. Atrasos na execução do objeto, superiores a 60 (sessenta) dias configurar-se-ão em flagrante inexecução do serviço;

11.7. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

11.8. A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**;

11.9. Inexistindo créditos a descontar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação por parte do **CONTRATANTE**, deverá ser efetuado o depósito do valor das multas aplicadas, em seu favor ou em caso de não ocorrer o depósito, será cobrada judicialmente;

11.10. Caso a **CONTRATADA** não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso – PGE-MT;

11.11. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela autoridade expressamente nomeada no contrato, de ofício ou por provocação do **CONTRATANTE**;

11.12. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

11.13. Constatado que a **CONTRATADA** contrariou a norma estabelecida no art. 96 da Lei n.º 8.666/93, responderá criminalmente pelos atos praticados devendo a Administração fazer a devida Representação junto ao Ministério Público Estadual. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso – CGF – SEGES, e Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, AGE-MT, conforme Lei Estadual nº 9.312/2010, de 19 de janeiro de 2010, no caso de ficar impedida de licitar e contratar;

11.15. Da dispensa das sanções e do recurso

11.15.1. Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos





11.15.2. Ordem escrita da **CONTRATANTE**, para paralisar ou restringir a execução do objeto contratado;

11.15.3. Ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil;

11.15.4. Entende-se por motivos de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;

11.15.5. A **CONTRATADA** deverá comunicar a **CONTRATANTE** a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os respectivos documentos comprovando o fato, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

11.11.6. A **CONTRATANTE** no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos visando comprovar o motivo de força maior, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa;

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

12.1. Quanto aos recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei Federal n. 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A **CONTRATANTE** será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, através de um fiscal que será designado para sua fiscalização;

13.1.1. Caberá ao fiscal designado, registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas;

13.2. Além das demais atribuições, deverá o Fiscal do Contrato:

13.2.1. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela **CONTRATADA**, seja ela por inadimplemento de alguma cláusula ou condição contratual, ou executada de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizada;

13.2.2. Formalizar o devido dossiê das providências adotadas para materialização dos fatos que poderá resultar na aplicação da sanção cabível. Este dossiê terá efeitos também para fins de expedição de atestado de capacidade técnica;

13.2.3. Recusar o fornecimento irregular, não aceitando serviços diversos daqueles que se encontram especificados no presente Contrato;

13.2.4. Comunicar por escrito à área de administração de contratos ou ao titular da **CONTRATANTE**, o desatendimento por parte da **CONTRATADA**, quanto às solicitações efetuadas pela fiscalização, desde que em conformidade com as condições contratuais e com a devida prova materializada do fato, para que sejam adotadas as providências quanto à aplicação das sanções correspondentes, na devida extensão da falta cometida.

13.3. Os servidores responsáveis pela fiscalização serão:

A) **Fiscal:** Dionizio Adilson Campos – Mat.: 25475





B) Suplente: Beatriz Lima Escholz – Mat.: 84050

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica expressamente vedada à **CONTRATADA** a utilização de trabalhadores menores, púberes ou impúberes, para a prestação dos serviços;

14.2. À **CONTRATANTE** fica ressalvado o direito à ação regressiva em face do **CONTRATADO** e ainda, a retenção da importância devida, em razão da quitação de obrigações trabalhistas dos empregados do contratado;

14.3. Fica assegurado o direito do **CONTRATANTE** ao ressarcimento dos danos sofridos em virtude de interpelação judicial em razão de obrigação não cumprida pelo contratado;

14.4. Caso a **CONTRATANTE** venha a ser instado a honrar qualquer pagamento, seja de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou civil, é de responsabilidade da **CONTRATADA**, restituir ao **CONTRATANTE** todas as despesas e gastos havidos com a defesa, em Juízo ou fora dele, inclusive honorários advocatícios e eventual indenização que poderá ser paga à pessoa reclamante.

14.5. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.7. Os prazos referidos neste Contrato somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal do **CONTRATANTE**;

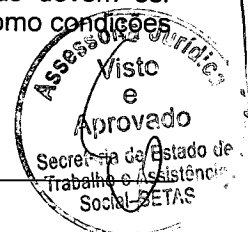
14.8. Promovendo a Administração Pública medidas que alterem as condições estabelecidas, os direitos e obrigações oriundas deste Contrato serão alteradas em atendimento às disposições legais aplicáveis mediante termo de re-ratificação, exceto quando for necessária a celebração de termo aditivo, consoante o disposto no artigo 65, § 6º, da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;

14.9. O **CONTRATANTE** poderá revogar este Contrato por razões de interesse público, respeitando o contraditório e a ampla defesa, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.10. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

14.11. Aplicam-se ao presente Contrato as normas previstas na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, e supletivamente, nos casos omissos, as demais normas e princípios do direito e os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

14.12. Em caso de dúvidas da **CONTRATADA**, na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pela **CONTRATANTE**, de modo a atender às especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.





14.13. A partir da assinatura deste contrato, a este passam a ser aplicáveis todos os termos de aditamento que vierem a ser celebrados, e que importem em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observados os limites e as formalidades legais que juntamente com a Proposta de Preço da **CONTRATADA**, passam a integrá-lo independente de transcrição.

14.14. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e correrá por conta e ônus da **CONTRATANTE**, sendo condição indispensável para a sua eficácia, nos termos do art. 61, § único da Lei 8.666/93.

14.15. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito, bem como o uso indevido de cartão bloqueado ou cancelado, será de total responsabilidade da contratada, cabendo à mesma a responsabilidade quanto à solução que iniba, impeça e identifique com rapidez e segurança as utilizações não autorizadas.

14.16. O comprovante da utilização do crédito deverá ser emitido a cada transação, contendo as informações de identificação do estabelecimento comercial, tais como: nome, nome fantasia, CNPJ, inscrição estadual, assim como: identificação do beneficiário do projeto, data, hora, valor da compra e valor do saldo remanescente;

14.17. Em sendo a taxa de administração negativa, o valor monetário equivalente à mesma será considerado como desconto concedido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, sobre os valores que serão consignados nos cartões magnéticos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá – MT, 08 de Maio de 2017.


MAX JOEL RUSSI

Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social


FERNANDO JOSÉ MORAIS FISCHER

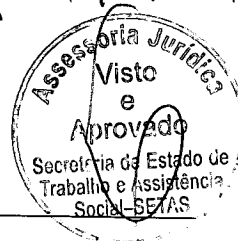
Nome do representante

CNPJ: 00.604.122/0001-97

TESTEMUNHAS

Nome: Juliana Duarte Faria
RG: 1329069-0 SSP/MT

Nome: Jeanny L. Louro
RG: 2410664-7 SSP/MT



V - Unidade de Articulação de Política Educacional:**Titular:** Alfredo Tomoo Ojima**Suplente:** Maria Salete da Silva Seba**VI - Coordenadoria de Normas e Organização Escolar:****Titular:** Josinete Aparecida Lima da Cunha**Suplente:** Sílvia Alves Nogueira**Art. 3º** São atribuições da Comissão Interna:

I - Planejar as ações que serão desenvolvidas em conjunto com a Coordenadoria de Transporte Escolar, redefinindo ações a serem desenvolvidas referentes ao Transporte Escolar da zona rural do Estado de Mato Grosso;

II - Propor Plano de Providências que contemple o planejamento de rotas, aferição de quilometragem e linhas, e conferência de número de alunos atendidos em cada rota;

III - Revisar a Instrução Normativa, implementar as alterações e mudanças necessárias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 05 de abril de 2017.


MARCO AURÉLIO MARRAFON
Secretário de Estado de Educação, Esporte e Lazer**SETAS****SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº. 021/2017/SETAS/MT****PARTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SETAS E TRIVALLE ADMINISTRAÇÃO LTDA.**OBJETO:** O objeto do presente instrumento refere-se à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para emissão, fornecimento e administração de CARTÃO ALIMENTAÇÃO magnético, com chip ou de tecnologia similar, com gerenciamento online, para atender famílias em vulnerabilidade social do Estado de Mato Grosso - Programa "Pró-Família"**DO FUNDAMENTO:** PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO nº 19323/2017, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2017/SETAS.**DA VIGENCIA:** O presente contrato terá validade 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.**DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:** Fica designado, pela Contratante, o servidor **DIONIZIO ADILSON CAMPOS**, para exercer a função de Fiscal e a servidora **BEATRIZ LIMA ESCHOLZ**, para exercer a

função de Suplente deste Contrato.

DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços, o valor total de **R\$ 48.615.215,52 (Quarenta e oito Milhões Seiscentos e quinze Mil Duzentos e quinze Reais e Cinquenta e dois Centavos).****ASSINAM:****MAX JOEL RUSSI**

Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS

CONTRATANTE**FERNANDO JOSÉ MORAIS FISCHER**

Representante Legal

CONTRATADA**SECITEC****SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO****PORTARIA Nº 183/2017/CGE-COR/SECITEC****O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 69 e 75, § 1º, da Lei Complementar nº 207/2004, alterada pelas Leis Complementares nº 213/2005 e 550/2014:

Considerando a solicitação de prorrogação de prazo, formulada e fundamentada pelo presidente da Comissão Processante, para o término dos trabalhos elucidativos do Processo Administrativo Disciplinar nº 275234/2015;

Considerando o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, com fulcro no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro Doralice Corrêa Afonso por Hugo Freiria Salvador, mantendo os demais membros da Comissão Processante designados pela Portaria Inaugural nº 468/2016/CGE-COR/SECITEC, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 8 de novembro de 2016, pág. 19, para dar continuidade aos trabalhos instrutórios do Processo Administrativo Disciplinar supracitado.

Art. 2º Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 11/03/2017, para a conclusão do sobredito Processo Administrativo Disciplinar, pelos motivos carreados aos autos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. CUMPRA-SE.

Cuiabá-MT, 04 de maio de 2017.

Domingos Sávio Boabaid Parreira

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

SEC**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA****AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2017/SEC-MT****SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE NATUREZA PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS PARA GESTÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO E RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES**

O **ESTADO DE MATO GROSSO** por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**, doravante denominada **SEC/MT**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o **CHAMAMENTO PÚBLICO** que visa selecionar Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, em regime de mútua cooperação, através da celebração de Termo de Colaboração para gestão administrativa, econômico-financeira, de formação, pesquisa e preservação, que garanta o pleno funcionamento do **MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO e RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES** doravante denominado **MUSEU**. A presente seleção pública será realizada nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014, Lei Federal nº 11.904 de 14/01/2009, Decreto Presidencial nº 8.124 de 17/10/2013, Lei Estadual nº 10.362, de 27/01/2016, Lei Estadual nº 10.363 de 27/01/2016, Lei Estadual nº 10.379 de 01/03/2016, Decreto Estadual nº 669, de 23/08/2016, Decreto Estadual nº 446 de 16/03/2016 e a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 001 de 17/03/2016 e nas demais normas vigentes sobre a matéria e mediante as condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

Contratação de Organização da Sociedade Civil - OSC para gestão administrativa, econômico-financeira, de formação, pesquisa e preservação, mediante mútua colaboração com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da SEC/MT, com fins específicos de operacionalizar o funcionamento do **MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO e RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES**, como equipamento museológico promotor da democratização do acesso à cultura, de forma sustentável e continuada, garantindo o acesso dos cidadãos aos bens e serviços culturais, valorizando a diversidade da cultura mato-grossense. O Museu Histórico de Mato Grosso está localizado no edifício do antigo Tesouro do Estado localizado na Praça da República, 131, Bairro Centro, CEP: 78.005-440 e a Residência dos Governadores localizado na Rua Barão de Melgaço, 3565, CEP: 78005-300, ambos em Cuiabá-MT.